

A mulher oculta

Michelle Silva Borges – (CEUBM - História)
Orientador: Prof^ª. MS Lilian R. de Oliveira Rosa
Área: História de Gênero

Introdução

A história das mulheres é antes de tudo uma história de opressão as quais são vítimas. Entretanto, embora ignorada muitas vezes pela historiografia oficial, a luta de resistência da mulher é secular.

A discriminação em relação às mulheres se apresenta da varias maneiras, conforme Albornoz e Carrion (1985), a mulher é subjugada nas atividades produtivas, na família, nas responsabilidades sociais, na sexualidade e principalmente na educação. Segundo Heleieth I. B. Saffioti “[...] a educação feminina contém uma boa dose de vitimização.” (1987, p. 35)

Nas sociedades em geral, a mulher é associada a valores tidos como negativos, sendo alguns deles: a emoção, a fragilidade e a resignação. Entretanto, pode-se afirmar que esta suposta “inferioridade” se apresenta ou não, dependendo da cultura a qual a mulher está inserida.

Em Esparta, a mulher deveria ser forte e apresentar vigor, assim, era necessário que ela compartilhasse dos mesmos exercícios físicos que os homens, pois deveria gerar filhos valentes para o Estado. Já em algumas sociedades tribais, como a Gália e a Germânia, à mulher era designado um espaço de atuação semelhante aos dos homens, fato este, que gerou grande surpresa aos cronistas romanos: Tácito e Estrabão. De maneira similar, ocorreu com os europeus no século XVI ao chegarem à América e se defrontarem com a posição relevante da mulher nas comunidades Ironqueses e Hurons.

Mesmo com a atuação da mulher em atividades sociais e econômicas, durante muito tempo a conotação a qual a mulher é inserida é a da imagem romântica da cavalaria, assim, ela é apresentada de maneira frágil e sensível, não ocupando posições de mando e sendo excluída da vida pública, sendo resignada ao lar e aos seus “princípios naturais”, ficando responsável pelos afazeres domésticos e pela educação de seus filhos à espera de seu cavaleiro. Desta forma, de acordo com Alves e Pitanguy “Existe uma defasagem entre a posição concreta da mulher na vida cotidiana e a representação simbólica de seu papel” (1981, p. 19).

Durante a expansão do cristianismo, foram muitas as mulheres que lutaram pela ampliação da nova fé, tendo em vista que sua concepção era a da filiação divina, ou seja, na não existência das discriminações, podendo elevar tanto os escravos como as mulheres a uma posição de igualdade aos homens. Todavia, com o tempo e, mesmo com a significativa participação delas na divulgação da nova fé, elas foram proibidas de frequentar as escolas e universidades junto aos homens.

A igreja, aliás, foi um importante instrumento de inferiorização da mulher, ao denegri-la com a imagem de Eva, e a estigmatizando como inferior e impura, contribuindo na “caça as bruxas” e consagrando a “morte civil” das mulheres.

Para os reformistas protestantes, como Lutero, por exemplo, havia a defesa da necessidade de uma educação aos homens e as mulheres, contudo, ao homem era primordial uma educação voltada para a profissão, enquanto a mulher deveria aprender coisas relativas ao lar.

Estes princípios revelam que a diferenciação entre o home e a mulher baseia-se em valores sociais e não biológicos. Fato, observado também nos argumentos utilizados na defesa as teorias racistas. Conforme afirma Heleieth I. B. Saffioti “[...] pode-se facilmente concluir

que a inferioridade feminina é exclusivamente social. E não é senão pela igualdade social que se luta [...]” (7197, p. 15)

Nos séculos XVIII e XIX nota-se que, devido ao processo de industrialização e a rápida urbanização foi concedida às mulheres a oportunidade de participarem desse processo, sendo conferida a elas a chance de saírem da condição domiciliar a qual viviam, de acordo com Albornoz e Carrion: “[...] um pouco tardiamente fomos “envenenadas” com os ideais igualitários e libertários do século XVIII e XIX.” (1985, p. 13)

Assim, o discurso de igualdade entre os sexos vem de encontro às necessidades econômicas daquele período, bem como os processos revolucionários vigentes em países como Estados Unidos, França e Inglaterra que utilizaram de termos como igualdade em suas lutas. Todavia, à mulher foi vedada a participação nas conquistas, assim, Alves e Pitanguy afirmam: “Na França, neste mesmo século marcado por revoluções, a mulher, que participava ativamente ao lado do homem do processo revolucionário, não vê também as conquistas políticas estenderem ao seu sexo” (1981, p. 32).

Observa-se que é nesse contexto histórico que surgirá uma intensa mobilização das mulheres tendo como finalidade, a princípio, a garantia de seus direitos de cidadã. Assim, mulheres como Olympe de Gouges, escritora de ideais revolucionários e autora do texto “Os direitos da mulher e da Cidadã (1791), contestarão a situação da mulher na sociedade.

No Brasil, as reivindicações femininas não tiveram as características dos movimentos de massas, como ocorreu nos Estados Unidos e na Inglaterra. Todavia, a década de 60 foi marcada por movimentos das minorias, sendo eles a luta contra a discriminação racial, as reivindicações estudantis e o movimento feminista que se mobilizaram na tentativa de obter melhores condições sociais.

Assim, o surgimento do movimento feminista aparece no sentido de denunciar os conceitos que tendem a promover uma hierarquização entre os sexos, conforme Alves e Pitanguy: “[...] é uma construção ideológica e não o reflexo da diferenciação biológica. Esta diferenciação não implica em desigualdade” (1981, p. 63)

Metodologia

Os livros que serviram de base para a pesquisa, foram analisados e comparados tendo como finalidade manter uma ordem cronológica da História da mulher, atentando para as peculiaridades de algumas culturas e lugares, com o intuito de ser possível avaliar a situação da mulher em suas várias representações sociais.

Objetivos

A pesquisa tem como finalidade analisar a vida social da mulher de acordo com a cultura à qual ela está integrada, apresentando as concepções sociais existentes, tornando-a subjugada ou não, além disto, pretende-se compreender os processos que levaram a mulher a luta pela igualdade nas relações de poder.

Resultados Finais

Observa-se que a reclusão da mulher ao espaço domiciliar e a sua inoperância são representações que não identificam a vida real cotidiana de toda mulher, pois ela pode ocupar posições diferentes na sociedade, de acordo com a cultura à qual pertencida e o período histórico. Assim, nota-se que a mulher foi contextualizada em discursos sociais que em boa medida a representavam como inferior, mas não comprovavam a posição concreta da mulher.

Referência Bibliográfica

Texto integrante dos Anais da Sessão de Comunicações – Temas Livres. XII Semana de Geografia e História: Migração e Produção do Espaço Geográfico como Processo Histórico e Cultural.

NOME _____ Centro Universitário Barão de Mauá. 26 a 28 de maio de 2008.

Ribeirão Preto (SP) v. 1, n. 1, 2008. ISSN 1234-1234.

Disponível em http://www.baraodemaua.br/evento_detalle.php?evento=221

ALBORNOZ, Suzana; CARRION, Conceição. **Na condição de mulher**. Santa Cruz do Sul: Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul, 1985. 109 p.

PITANGUY, B.M.A.J. **O que é feminismo**. 1 Ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, 78 p.

SAFFIOTI, H.I.B. **O poder do macho**. 6 Ed. São Paulo: Moderna, 1987. 118 p.

BOSCHILIA, R. **Cidade do conhecimento**. Da mulher ao gênero: a elaboração de um conceito. Disponível em:

<<http://www.cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento/sep/arquivo/100.pdf>>

.Acesso em: 17/12/2007